

Fenomenologia e crítica dos fundamentos da psiquiatria

G. LANTERI-LAURA (*)

I

Propomo-nos, nas páginas que se seguem, e após múltiplos trabalhos publicados⁽¹⁾, situar devidamente a questão da psiquiatria fenomenológica ou da atitude fenomenológica em psiquiatria, muito especialmente em relação aos trabalhos de língua francesa. Fá-lo-emos com a preocupação de um certo rigor e precavendo-nos contra todos os equívocos que este adjetivo *fenomenológico* se arrisca a transportar consigo. Seremos, assim, levados a perguntar-nos, não o que é que a psiquiatria fenomenológica deve ser, pois ignoramos a origem donde pudesse emanar tal obrigação, mas em que medida, radicalmente adoptada, é que o seu empreendimento não conduziria a um pôr em questão, por assim dizer kantiano, dos fundamentos específicos do conhecimento psiquiátrico.

Se quisermos evitar as querelas de propriedade reconhecida, de direito mais ou menos exclusivo ao emprego desta locução, se adiarmos, em suma, um debate de *legitimação*, nada nos parece mais conveniente que um curto parágrafo de vocabulário e

de semântica. O substantivo *fenomenologia* parece ter sido criado por J. H. Lambert, em 1764, no sentido da «doutrina da aparência», «Lehre von dem Schein»⁽²⁾; funcionou também, na acepção de uma descrição empírica da experiência humana, durante muito tempo, e este é, sem dúvida alguma, um sentido que existe ainda nos nossos dias em todas as línguas de cultura. Em 1806, Hegel⁽³⁾ retomou este termo, dando-lhe a significação de um estudo da experiência, tal como ela se manifesta, e deixando guiar a descrição pela própria manifestação, tal como a dialéctica aí se revela, pois não é a dialéctica que produz a experiência, mas é na experiência que ela se mostra. O próprio termo *fenomenologia* ficará, por muito tempo, ligado à tradição hegeliana e à dogmática a que os menos bons comentadores reduzirão a obra⁽⁴⁾; muito mais tarde, Husserl⁽⁵⁾, matemático que se tornou filósofo para esclarecer os fundamentos das matemáticas, retomará a palavra e dar-lhe-á a acepção que não mais deixou de ter depois dele.

Trata-se, então, não já de um retorno à vida interior, mas de uma descrição organizada pela redução transcendental e pela redução eidética. A redução transcendental põe entre parêntesis a questão da existência do

(*) Psicanalista.

mundo — é o seu aspecto negativo —, mas ela importa sobretudo pelo seu aspecto positivo, a saber, o facto de ela deixar que se mostrem as estruturas noemáticas do aparecer: a descrição já não diz respeito ao objecto que aparece, mas à maneira como ele aparece, e a descrição noemática não se interessa pela árvore, nem pelo número, mas pelos modos como o número ou a árvore podem mostrar-se (percebido, imaginário, no mundo da recordação, etc.); qualquer experiência pode, então, tornar-se o fim da descrição noemática, tornada possível pela redução transcendental. Mas esta prática da descrição noemática não terá sentido se não empregarmos nela a redução eidética, quer dizer, uma justa apreciação dos usos do exemplo: a noção, certamente linguística, de comutação, própria de N. S. Troubetzkoi, constitui o ponto de referência essencial ⁽⁶⁾.

Pouco depois de Husserl, surgiu H. Heidegger ⁽⁷⁾ e, com ele, as noções de existência, de temporalidade, de ser-para-a-morte e de inautenticidade; mas também M. Scheler ⁽⁸⁾ e N. Hartmann ⁽⁹⁾.

Deste situar da fenomenologia na filosofia podemos, sem dúvida, reter a instância de duas atitudes que Merleau-Ponty assinalava muito justamente, num livro que muito fez desvendar o sentido da filosofia fenomenológica em França: «a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, de acordo com ela, se limitam à definição das essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que recoloca as essências na existência e pensa que só se pode compreender o homem e o mundo a partir da sua 'facticidade'. É uma filosofia transcendental que deixa em suspenso, para as compreender, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo sempre 'já lá' está, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujos esforços vão no sentido de reencontrar este contacto

ingénuo com o mundo para lhe dar, finalmente, um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma 'ciência exacta', mas é também um relato, do espaço, do tempo, do mundo 'vivididos'» ⁽¹⁰⁾. Descrição muito concreta, vizinha, talvez, do empirismo, por um lado, evidência pura das essências, por outro.

A psiquiatria fenomenológica partilha, em França, destes dois aspectos. Num determinado registo, ela emprega *fenomenologia* na acepção que lhe dava K. Jaspers ⁽¹¹⁾, a saber: uma descrição muito fiel e tão pouco coisificada quanto possível do que o paciente experimenta; mas, noutro, ela tenta tirar partido destes conceitos operatórios que são o tempo e o espaço vividos, a intencionalidade da consciência, a finitude, o estar-no-mundo e o ser-para-a-morte ⁽¹²⁾. Tentemos segui-la.

II

A psiquiatria fenomenológica surge, indubitavelmente, por um esforço destinado a atingir, na sua autenticidade, a experiência vivida dos pacientes. Releiamos, por exemplo, a obra límpida, mas tão difícil por causa da sua própria clareza, de E. Minkowski ⁽¹³⁾. Orientando as suas pesquisas, escreve: «o que conta, para nós, é a tendência para pôr em relevo, mantendo o ponto de vista fenomenológico, um método destinado ao estudo dos fenómenos psicopáticos» ⁽¹⁴⁾. No final da observação de uma melancolia delirante, ele precisa: «as ideias delirantes não seriam, assim, unicamente produto de uma imaginação mórbida ou de perturbações do juízo; elas representariam, pelo contrário, uma tentativa de traduzir na linguagem do psiquismo de outrora a situação estranha em presença da qual se encontra a personalidade que se desagrega. Por muito delirante que esteja o nosso doente, parece-nos difícil admitir que ele

se meta na cabeça ideias tão loucas e absurdas como as que constantemente manifiesta... O doente tenta exprimir esta situação por ideias que ele toma de empréstimo da sua vida anterior» (15). Noutros termos, as confidências do paciente encontram-se distorcidas pela inadequação dos meios verbais ordinários para traduzir uma alteração radical da experiência vivida, e é esta alteração que a fenomenologia se propõe reencontrar.

Ela corresponde, aliás, à noção de perturbações geradoras: «o síndrome mental já não é, para nós, uma simples associação de sintomas, mas a expressão de uma modificação profunda e característica da personalidade humana no seu todo. Trata-se, agora, de estudar estas diversas modificações, tarefa essa que apenas se encontra esboçada» (16).

Poderíamos multiplicar os exemplos, com outras referências à obra de Minkowski, com recurso aos trabalhos de H. Ey (17), de Leguen (18) e outros; mas parece que não ganharíamos nada de novo. Bastará lê-los para encontrar, para além de muito notáveis originalidades, um certo número de pontos comuns, que nos permitem satisfazer-nos com a amostragem que indicámos.

III

Uma primeira nota se nos impõe a partir do momento em que comparamos as intenções explícitas dos autores nas suas obras propriamente ditas, quer dizer, não tanto o *modus operandi* no *opus operatum* (19), mas as afirmações iniciais de método nas investigações realmente cumpridas. Procedendo dessa forma, vemos claramente que a atitude dita fenomenológica em psiquiatria consiste, mesmo quando disso explicitamente se defende, num esforço por restituir na autenticidade a experiência vivida dos pacientes; é por esta razão, aliás, que a psi-

quiatria dita clássica se vê frequentemente acusada, em termos que devem mais a Bergson que a Husserl, de caricaturizar esta experiência vivida e de imobilizar de forma reificante os doentes. Devemos, então, interrogarmo-nos sobre o que é que contém de propriamente fenomenológico este esforço que visa restaurar, na sua especificidade pura, o *Erlebniss* dos pacientes: esta deve ser a nossa primeira interrogação.

Decerto que a descrição fenomenológica procura ser concreta, e havia já muito tempo que a filosofia se esquecera de o ser; mas esta preocupação do concreto é a dos exemplos, e os exemplos só lhe interessam pela redução eidética. Ora se a iniciativa psiquiátrica que acabamos de referir se pretende, também, concreta, ela leva a fazer passar a intropatia pela descrição noemática, identificando este último procedimento com uma espécie de adequação mais ou menos assintótica à vida interior do sujeito. Esta forma de operar explica-se, aliás, na medida em que o público de língua francesa conheceu, primeiramente, a fenomenologia pelas *Meditações Cartesianas* (20), que forneciam uma versão introspectiva das posições que Husserl, na qual se podia crer que o *pôr entre parênteses* do mundo correspondia a um retorno à introspecção e que se tratava de descrever, não as maneiras pelas quais os objectos aparecem (estruturas noemáticas), mas uma espécie de actividade interior (noética) pela qual a consciência visava o que não era ela; os equívocos sobre o termo *intencionalidade* contribuían, aliás, para fazer perdurar a anfibiologia, ainda que se pudesse tomar por fenomenológica qualquer coisa que se apresentasse como uma espécie de descrição da intencionalidade da consciência. Se, apesar das delimitações rigorosas do trabalho de J. P. Sartre (21), não se estabelece diferença entre a *consciência imaginante* e o *imaginário*, torna-se possível tomar por *fenomenológica* uma descrição suposta da vida interior e da intencionalidade do pa-

ciente. Resta acrescentar que este procedimento deriva de um contra-senso e ignora a especificidade do trabalho de Husserl, mesmo que se aproxime de Max Scheler⁽²²⁾: o *Einführung* nada tem a ver com a descrição noemática.

Esta primeira dificuldade introduz uma segunda. Para descrever a experiência vivida do tempo, na melancolia, para efectuar a fenomenologia das psicoses, para precisar a consciência alucinatória, deve-se, não pôr entre parênteses o saber psiquiátrico, mas, pelo contrário, recebê-lo tal como ele é, e não questioná-lo. Se se considera reificante a descrição das alucinações de Baillarger⁽²³⁾ e se se quiser substituí-la por uma fenomenologia das alucinações, não se pode meter entre parênteses o saber psiquiátrico que lhes diz respeito, pois, uma vez suspenso este saber, o termo «alucinação» perde todo o sentido determinável e já nem se sabe o que é que resta para descrever. Acabamos de tocar numa aporia fundamental: só se pode abordar fenomenologicamente um qualquer aspecto da consciência patológica se se aceitar tal qual o conhecimento psiquiátrico. Pôr entre parênteses os conhecimentos relativos às alucinações, seria impedir-nos de descrever este tipo de fenómeno, pois então já não seria possível distinguir o que é alucinação do que não o é; mas se, para poder realizar a fenomenologia das alucinações, se recebe como tal o saber que lhes concerne, saber mundano; não-crítico, escapando à suspensão do juízo, deixa de haver fenomenologia — mas apenas um empirismo delicado em lugar de um empirismo considerado grosseiro. A psiquiatria clínica encontra-se, assim, pressuposta por uma descrição que, devido exactamente a esta pressuposição, nada mais pode conservar de fenomenológico.

Não se opera aí, aliás, nenhuma redução eidética, e as diferenças essenciais que podem aparecer — consciência maníaca, consciência esquizofrénica, etc. — resultam, não do uso sistemático da variação e da intuição

das essências⁽²⁴⁾, mas de um recurso, manifesto ou encapotado, a categorias que em nada assentam na explicitação do aparecer, pois só têm sentido se forem mantidas fora da redução fenomenológica.

Nem o corpo, nem a linguagem encontram aí um estatuto preciso. Não se sabe muito bem se se trata do corpo como existente expressivo ou como objecto da anatomia, mas, tanto num caso como no outro, as modalidades específicas do seu aparecer não são descritas por si próprias; falta, ao mesmo tempo, o estudo do aparecer do corpo como existente no mundo e do aparecer do conhecimento do corpo. Esta dupla falha impede tanto a elucidação da expressividade como a interrogação sobre o papel da organização do corpo na produção destes fenómenos. O mesmo se passa com a linguagem: qualquer esforço para descrever a experiência vivida do paciente a pressupõe, mas, ainda que seja condição prévia neste procedimento, ela não é posta entre parênteses nem esclarecida pela descrição do seu estatuto.

Vemos, portanto, com estas referências muito breves, que, nas obras consideradas, o objectivo *fenomenológico* designa sobretudo a atenção dirigida para uma penetração fiel na experiência vivida dos pacientes; é o sentido que lhe reconhece K. Jaspers, na sua *Psicopatologia Geral*, mas que se mantém muito afastado dos procedimentos de Husserl.

IV

Trata-se, pois, de substituir a descrição noemática por uma compreensão da vida interior do paciente. Ora este equívoco parece-nos determinar duas confusões, que devemos agora abordar.

Assinalamos, primeiro, que, se a fenomenologia consiste, para o clínico, em procurar apreender do interior a experiência do

paciente, arriscamo-nos a confundir esta tentativa com um procedimento semiológico. A semiologia consiste sempre em assinalar um certo número de signos, para depois discutir o seu alcance diagnóstico; ora os trabalhos que nos servem de referência tendem todos a denunciar esta atitude como artificial e reificante, e a tomar este esforço de introspecção pelo próprio aparecer do processo mórbido. A fuga das ideias, por exemplo, é encarada com o todo do estar-no-mundo maníaco: a procura dos signos (fuga das ideias, sintonia, excitação psicomotora, etc.) vê-se, assim, substituída pela apreensão intuitiva de um único elemento, que já não é um dos signos possíveis da mania, mas a manifestação do próprio processo maníaco, simultaneamente signo e processo. É, portanto, a indiferenciação entre a semiologia e a psicopatologia, dois domínios relativamente aos quais não está demonstrado que o segundo deva absorver o primeiro. A semiologia consiste, aliás, em assinalar signos, e não em representar intuitivamente a totalidade da experiência vivida do paciente: a pesquisa dos signos é algo de radicalmente diverso da identificação do clínico ao todo da vida interior do seu paciente. Deste ponto de vista, esse procedimento, que se apresenta como fenomenológico, esbate a distinção indispensável entre semiologia e psicopatologia.

Ele implica também um equívoco no terreno da terapêutica, anfibologia que Laing e Cooper⁽²⁵⁾ melhor que ninguém souberam desvendar. O tratamento, na ausência, de resto, de um estatuto bem definido do corpo e do saber, acaba por se reduzir à *compreensão*, no sentido que K. Jaspers dava a este termo; tal como a separação da semiologia e da psicopatologia se encontra, afinal de contas, regulada em exclusivo proveito da psicopatologia se encontra, afinal de contas, regulada em exclusivo proveito da psicopatologia, graças a uma polémica destinada a desconsiderar a semiologia ao denunciar o seu carácter

coisista e reificante, a distinção da terapêutica vê-se, afinal, negada de novo em benefício da psicopatologia; a desejada adequação à totalidade da experiência vivida do paciente, tal como o indica a indistinção entre psicopatologia e semiologia, reencontra-se, então, nesta outra indistinção, que obscurece as diferenças entre psicopatologia e tratamento. Tanto num caso como noutra, trata-se, com efeito, de deixar de lado tudo o que pode *especificar*, de modo que a penetração autêntica da psicopatologia funciona simultaneamente como semiótica e como tratamento: é o papel preciso da *análise existencial*, que reveste — apesar das referências prestigiosas, mas um pouco fáceis — uma indiferenciação da simpatia e da terapêutica.

V

Por detrás destas posições, e servindo-lhe, por vezes, de justificação e de posição de refúgio, parece-nos evidente que funciona uma certa polémica: ela situa o mal do lado da matéria, do mecanicismo, da preocupação com os pormenores, da descontinuidade, do espaço, do inconsciente e do cérebro, mas vê o bem no espírito (o qual é sensato vivificar, enquanto se supõe que a letra mata), num certo dinamismo, na preocupação prevalecte da totalidade (*Ganzheit* serve-lhe simultaneamente de grito de guerra, por sobre o elmo, e de divisa, sob o brasão) do contínuo, da temporalidade, da consciência e de um determinado pôr à distância do corpo, a qual fazia dizer aos melhores dos nossos predecessores, como P. Giraud, que essa psiquiatria, para não ficar anencéfala, tinha, de certo, de acreditar que na caixa craniana só havia algodão. Assim se produzia um elo com a filosofia romântica da natureza, manifestamente presente em K. Goldstein e em V. von Weizsaecker⁽²⁶⁾.

Vemos, assim, que a psiquiatria fenomenológica, encarada como descrição da experiência vivida dos pacientes, só se pode realizar mediante duas condições. Ela tem, em primeiro lugar, de receber, de maneira mais ou menos ingênua (e sempre sem exame crítico), uma parte da psiquiatria pré-existente, cujo estatuto de conhecimento escapa então a qualquer exame; para descrever o estar-no-mundo maníaco ou delirante, é necessário assinalar certos pacientes enquanto tais, e, portanto, aceitar, como dado adquirido e fora de qualquer questionação possível, uma disciplina empírica e provisória, cujos fundamentos nos impedimos, assim, de discutir. É evidente que esta disciplina existe, e é graças a ela que podemos trabalhar; mas ela é incerta e mutável, e temos de elucidar a sua constituição. Ora é precisamente isso que não se verifica, de tal forma que se opera um estranho amálgama: por um lado, protesta-se contra o mecanicismo reificante que se atribui à psiquiatria clássica e que se espera reformar tornando-a fenomenológica; por outro, aceita-se essa mesma psiquiatria como guia, sem procurar desvendar os seus fundamentos. Descrever o estar-no-mundo maníaco só pode ter sentido se se clarificar completamente o estatuto inteligível da mania, que em nada é uma categoria transcendental. Por outras palavras, a dependência face ao empirismo continua a ser completamente ocultada.

Mas, assim concebida, esta psiquiatria fenomenológica utiliza uma espécie de concepção do homem que lhe serve mais ou menos de metapsicologia; Husserl e, sobretudo, Heidegger tinham, já há muito, explicado que a fenomenologia não fornecia nenhuma antropologia e que a noção de *Dasein* não pertencia à psicologia⁽²⁷⁾. Ora tudo se passa como se a fenomenologia fornecesse uma espécie de modelo geral da existência humana, sobretudo marcado pela recusa do inconsciente e da natureza humana como pertencendo aos mamíferos supe-

riores: totalmente clara em si própria, totalmente diferente dos animais, sem relação determinada com o corpo anatomo-fisiológico, fora de qualquer causalidade, a existência humana identifica-se, assim, com a consciência reflexiva, e não foi por acaso que houve quem classificasse a análise existencial no grupo como aquilo a que, desde há algum tempo, se designa por *terapias humanistas*.

VI

Se quiséssemos resumir, diríamos, em suma, que esta maneira de ver a psiquiatria fenomenológica comete um erro de método a que Husserl, há já muito tempo, chamava *psicologismo*⁽²⁸⁾, e que consiste em substituir a descrição noemática pela identificação com a vida interior, e desconhecimento do estatuto transcendental do que se manifesta na experiência, e, neste caso, da psiquiatria.

Passa-se com a psiquiatria o mesmo que com o Cavaleiro, a Morte e o Diabo, ou com o Centauro a tocar flauta: trata-se de elementos que aparecem no campo da experiência, e de que é necessário descrever as modalidades específicas do aparecer e as suas condições de possibilidade. Noutros termos, diríamos que a única questão puramente fenomenológica, neste domínio, é a da essência da psiquiatria. O problema não reside em criticar uma psiquiatria reputada de clássica, denunciando o coisismo e as reificações, para, em seguida, a reformar ou revolucionar fenomenologicamente — mas, sim, o de descrever o seu aparecer, os seus modos de constituição e a estrutura do seu campo: trata-se menos de uma psiquiatria que seria fenomenológica em vez de ser organicista ou psicanalítica, do que de uma fenomenologia da psiquiatria, descrição que não cria nem critica o seu objecto, antes o deixa aparecer tal como ele se manifesta

para chegar à elucidação da sua essência.

Esta fenomenologia está por fazer. Quatro observações podem ajudar-nos a dela esboçar o projecto. Repare-se, primeiro, que não se trata, em momento algum, de uma reforma. Kant não pretendia aperfeiçoar, nem mesmo reformular, a física de Newton; ele tomava-a como ela se manifestava, e tentava determinar como é que ela era possível por referência aos meios do conhecimento, sensibilidade e entendimento⁽²⁹⁾. Do mesmo modo, temos de tomar a psiquiatria tal como ela se mostra, mesmo que algumas das delimitações sejam duvidosas e a organização do seu campo não seja evidente à primeira vista; só se assumirmos claramente esta posição é que evitaremos confundir a elucidação das condições de possibilidade da psiquiatria com a crítica deste ou daquele dos seus aspectos: trata-se de empreendimentos totalmente diferentes.

Ora não é, de forma nenhuma, possível descrever o próprio campo da psiquiatria esquecendo que a sua estrutura actual é apenas um momento numa história que começou, o mais tardar, no fim do século XVIII e que prossegue: o estatuto epistemológico da psicose maníaco-depressiva, por exemplo, afigura-se ininteligível na sua situação presente, se se esquecer a sua elaboração diacrónica, ao longo das obras de J. P. Falret, Baillarger, J. Seglas e E. Kraepelin. Aliás, só esta investigação historizante nos pode ajudar a precisar a função ideológica e a função de conhecimento de cada um dos elementos deste campo. É por isso que a análise histórica é indispensável a um esclarecimento descritivo da essência da psiquiatria.

Um dos domínios mais importantes desta elucidação diz respeito à semiologia psiquiátrica. Ainda aqui teremos de clarificar o que é que torna possível uma semiologia psiquiátrica; a constituição histórica do seu saber e do seu saber-fazer deve necessariamente ser posta em dia, pois trata-se de um ser-da-cultura cuja organização foi elabo-

rada numa diacronia, sem a restituição da qual é impossível saber do que se trata. O automatismo mental, por exemplo, é um síndrome na medida em que, de Baillarger e Seglas a Clerambault e Lacan⁽³¹⁾, determinado trabalho clínico conduziu a que se assinalassem certas perturbações típicas da experiência vivida de muitos pacientes; a fenomenologia do automatismo mental não é a tradução da intropatia em termos de estar-no-mundo, mas a análise descritiva da especificidade dos seus elementos no conhecimento psiquiátrico.

É por isso que a investigação da semiologia se deve especialmente dedicar ao *encontro*, não por preocupação de efusão romântica e de penetração da consciência do outro, mas porque a manifestação dos signos está relacionada com quem pergunta, e como: o essencial desta sintomatologia revela-se, com efeito, num certo contacto não-verbal, e signos e síndromas só têm sentido se existirem invariantes. A descrição fenomenológica diz, então, respeito ao pôr em evidência dos signos e à discussão diagnóstica: ela pressupõe o esclarecimento da essência do conhecimento clínico.

Fiel a Husserl, a psiquiatria fenomenológica não propõe, portanto, mais uma teoria psiquiátrica, mas uma elucidação evidente e rigorosa do saber e do saber-fazer que funcionam na psiquiatria efectiva.

REFERÊNCIAS

- (¹) G. LANTERI-LAURA, *La psychiatrie phénoménologique*, Paris P.U.F., 1.^a ed. 1963, e *Phénoménologie de la subjectivité*, Paris, P.U.F., 1.^a ed., 1968; «Philosophie analytique de l'histoire et phénoménologie de l'historique», *Etudes philosophiques* 1952, n.º 1-2, pp. 62-74; «L'usage de l'exemple dans la phénoménologie», *ibidem*, 1954, n.º 1, pp. 57-52; «Philosophie phénoménologique et psychiatrie», *L'Evolution psychiatrique*, 1957, n.º 4,

- pp. 653-675; G. Lanteri-Laura, «Plaidoyer pour l'attitude phénoménologique en psychiatrie», *Congrès de psychiatrie et de neurologie*, Tours (1959), Paris, Masson, 1960; «Le test de Rorschach et la conscience imageant», *Annales médicosychologiques*, 1961, I, n.º 5, pp. 833-864; «Signification d'une sémiologie phénoménologique», *L'encéphale*, 1961, n.º 5, pp. 478-511; G. Lanteri-Laura, «La notion de processus dans la pensée psychopathologique de K. Jaspers», *L'évolution psychiatrique*, 1962, n.º 4, pp. 459-499; «Les problèmes de l'inconscient et la pensée phénoménologique», *L'inconscient*, H. Ey, ed., Paris, Desclée de Brouwer, 1.ª ed., 1966, pp. 387-407; «Imaginaire et psychiatrie», *L'évolution psychiatrique*, 1968, n.º 1, pp. 19-52.
- (²) Cf. M. FARBER, *The foundation of phenomenology*, Cambridge, Harvard University Press, 1.ª ed., 1943; E. Cassier, *La philosophie des lumières*, trad. P. Quillet, Paris, Fayard, 1.ª ed., 1970, pp. 150-151; J. Hyppolite, *Genèse et structure de la phénoménologie de l'esprit de Hegel*, Paris, Aubier, 1.ª ed., 1946, p. 19.
- (³) G.W.F. HEGEL, *Sämtliche Werke*, II, *Phänomenologie des Geistes*, Stuttgart, Fr. Frommann, 1927.
- (⁴) Deverá, em França, aguardar-se a obra de J. Hyppolite, já citada, mas também a de A. Kojève, *Introduction à la lecture de Hegel*, ed. R. Queneau, Paris, Gallimard, 1.ª ed., 1953; anterior, mas pouco conhecido, o livro de O. Hamelin, *Essai sur les éléments principaux de la représentation*, Paris, F. Alcan, 2.ª ed., 1925.
- (⁵) E. HUSSERL, *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*, Halle, M. Niemeyer, 1.ª ed., 1913; cf. G. Berger, *Le cogito dans la philosophie de Husserl*, Paris, Aubier, 1.ª ed., 1941.
- (⁶) Cf. N.S. TROUBETZKOI, *Principes de phonologie*, trad. J. Cantinéo, Paris, C. Klincksieck, 1.ª ed., 1949; R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, II, *Rapports internes et externes du langage*, s. n. tr., Paris, ed. de Minuit, 1.ª ed., 1973, pp. 296-315.
- (⁷) M. HEIDEGGER, *Sein und Zeit, Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung*, VIII, Halle, Niemeyer, 1.ª ed., 1927.
- (⁸) M. SCHELER, *Vom Unsturz der Werke*, Leipzig, Der neue Geist, n. ed., 1919.
- (⁹) N. HARTMANN, *Grundzüge einer Metaphysik der Erkenntnis*, Halle, Niemeyer, 1.ª ed., 1921.
- (¹⁰) M. MERLEAU-PONTY, *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard, 1.ª ed., 1945, «Avant-propos», p. 1.
- (¹¹) K. JASPERS, «Eifersuchtswahn. Ein Beitrag zur Frage: «Entwicklung einer Persönlichkeit» oder «Prozess», *Zeitschrift für die ges. Neurologie und Psychiatrie*, 1910, I, pp. 567-637, e *Allgemeine Psychopathologie*, Berlin, J. Springer, 1.ª ed., 1913.
- (¹²) Cf. J.-P. SARTRE, «La transcendance de l'Ego», *Recherches philosophiques*, Paris, Boivin, VI, 1936-1937, pp. 85 ss., e *Critique de la raison dialectique*, Paris, Gallimard, 1.ª ed., 1960, «Introduction: question de méthode».
- (¹³) E. MINKOWSKI, *Le temps vécu*, Paris, d'Artrey, 1.ª ed., 1933 (Neuchatel, Delachaux et Niesté, n. ed., 1968); *Vers une cosmologie*, Paris, Aubier 1.ª ed., 1936; *La schizophrénie*, Paris, Desclée de Brouwer, n. ed., 1953; *Traité de psychopathologie*, Paris, P.U.F., 1.ª ed., 1966; «Phénoménologie et analyse existentielle en psychopathologie», *L'évolution psychiatrique*, 1948, n.º 4, pp. 137-185.
- (¹⁴) *Le temps vécu*, op. cit. p. 162.
- (¹⁵) *Ibidem*, p. 180.
- (¹⁶) *Ibidem*, p. 211.
- (¹⁷) Cf., em particular, H. EY, *Etudes psychiatriques*, III, Paris, Desclée de Brouwer, 1.ª ed., 1954, pp. 70-98, 140-155, 279-300, e *Traité des hallucinations*, Paris, Masson, 1.ª ed., 1973, 2 vol., I, pp. 41-52.
- (¹⁸) C. LEGUEN, «Le temps figé du schizophrène», *L'évolution psychiatrique*, 1958, n.º 4 pp. 701-735; A. Tatossian, *Phénoménologie des psychoses*, Paris, Masson, 1.ª ed., 1979.
- (¹⁹) Observações essenciais em P. BOURDIEU, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève e Paris, Droz, 1.ª ed., 1972, pp. 202-213.
- (²⁰) E. HUSSERL, *Méditations cartésiennes, Introduction à la phénoménologie*, trad. G. Peiffer e E. Levinas, Paris, J. Vrin, 1.ª ed., 1947. Fizemos uma exposição detalhada em *Phénoménologie de la subjectivité*, op. cit., pp. 22-43.
- (²¹) J.-P. SARTRE, *L'imaginaire*, Paris, Gallimard, 1.ª ed., 1940, pp. 13-30.
- (²²) M. SCHELER, *Nature et formes de la sympathie*, trad. Lefebvre, Paris, Payot, 1.ª ed., 1950.
- (²³) *Recherches sur les maladies mentales*, Paris, Masson, 1.ª ed., 1890, 2 vol., I, pp. 169-215.
- (²⁴) HUSSERL, *Ideen*, op. cit. § 69, p. 128.
- (²⁵) R.D. LAING & D.G. COOPER, *Reason and violence*, Londres, Tavistock, 1.ª ed., 1964.

- (²⁶) K. GOLDSTEIN, *Der Aufbau des Organismus*, Haag, M. Nisjhoff, 1.^o ed., 1934; V. von WEIZSAECKER, *Der Gestal Kreis*, Stuttgart, G. Thieme, 4.^o ed., 1948.
- (²⁷) M. HEIDEGGER, *Veber den Humanismus*, Frankfurt am Main, V. Klostermann, 2.^o ed., 1951; J.-P. SARTRE, *L'être et le néant*, Paris, Gallimard, 1.^o ed., 1943, pp. 643-663, e *L'existentialisme est un humanisme*, Paris, Nagel, 1.^o ed., 1946.
- (²⁸) E. HUSSERL, *Die Philosophie als strenge Wissenschaft*, Halle, Niemeyer, 1.^o ed., 1911; *Die Idee der Phänomenologie*, ed. W. Biennel, 1950, Husserliana II.
- (²⁹) E. KANT, *Critique de la raison pure*, trad. A. Tremesaygues e B. Pacaud, Paris, Presses Universitaires de France, n. ed., 1944, pp. 31-49, e *Prolégomènes à toute métaphysique future qui pourra se présenter comme science*, trad. J. Gibelin, Paris, J. Vrin, 1.^o ed., 1941, pp. 61-98.
- (³⁰) Esboçamos um exemplo no nosso último livro: G. LANTERI-LAURA, *Lecture des perversions. Histoire de leur appropriation médicale*, Paris, Masson, 1.^o ed., 1979.
- (³¹) G. de CLERAMBAULT, *Oeuvre psychiatrique*, ed. Fretet, Paris, P.U.F., 1.^o ed., 1941, 2 vol.; J. LACAN, «D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychise», *La Psychanalyse*, 1958, n.^o 4, pp. 1-50, reproduzido em *Ecrits*, Ed. du Seuil, 1.^o ed., 1966, pp. 531-585.

A
S
S
I
N
E

D
I
V
U
L
G
U
E

ANALISE PSICOLÓGICA

Distribuição:



assirio e alvim

Rua Passos Manuel, 67-B

1100 LISBOA